

# Noventa anos de um mestre

Cibele Saliba Rizek\*

**Q**uero retomar aqui dois momentos da produção do meu mestre e amigo – Francisco de Oliveira, que foram e são muito pertinentes na minha própria trajetória para além de todas as pistas e agendas de pesquisa que se desenham ainda a partir de seus textos, dos *insights*, dos clarões que aqui e ali apontavam caminhos, abriam possibilidades de reflexão.

As questões que Francisco de Oliveira propunha SEMPRE iam além de um objeto singular, mesmo quando ele queria - e às vezes queria muito quase a ponto de indicar com alguma doce veemência - que uma questão fosse esmiuçada, analisada, explicada. Então, para além de cada dimensão de pesquisa, o que se impunha era a necessidade intelectual e militante de pensar o Brasil, de pensar grande! Nesse esforço de reflexão não vou me deter n' *A Crítica* ou na *Elegia* porque quero pensar interlocuções que constituíram o que ele chamou de reformação, de segunda formação, uma espécie de novo batismo, por vezes cheio de dores, por vezes de aconchego e consolo, no âmbito do ingresso de Chico no curso de Ciências Sociais e no Departamento de Sociologia – ali onde se sentiu em casa.

Sem menosprezar em nenhum momento a obra centrada na *Crítica à Razão Dualista*, *Elegia para uma re(li)gião* e tantos outros textos, queria valorizar um conjunto de interlocuções que foram tomando corpo já no CENEDIC, em diálogo fortemente, digamos, sociológico com pelo menos três grandes contribuições: Maria Célia Paoli, Vera Telles e Laymert Garcia dos Santos, no âmbito de maior proximidade; além de Gabriel Cohn, homenageado por Chico em sua *Oração à São Paulo*, texto em que, entre outros momentos de reflexão, Chico menciona Adorno e Horkheimer e sua potência crítica.

Dessa perspectiva, gostaria de avisar que faço então um recorte específico a partir de dois textos menos lembrados no âmbito público, mas que se constituíram como referências que calaram fundo, que ecoaram no meu próprio trabalho, mas também na reflexão da maior qualidade para perseguir o que se constituiu no eixo do pensamento de Chico e de sua geração: pensar, desvendar, enfrentar teoricamente e no âmbito da práxis militante, o enigma brasileiro.

\* Cibele Saliba Rizek é Cientista-Social, Professora Senior do IAU e Pesquisadora Colaboradora do CENEDIC (Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania) - FFLCH-USP, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-7871-5730>>.

Então vamos a algumas citações um tanto reduzidas e recortadas.

Como pensar o Brasil? (...) São “duas condições apontadas por Antonio Candido” (Oliveira, 2001, p. 89), primeiro de seus interlocutores nesse texto, já que desenha um roteiro para a reflexão que nele se desenvolve. Pensar com radicalidade contra uma tradição de cordialidade que evita o embate produz, dizia Chico, “um minueto” em que “os dois passinhos pra cá consistem numa compassividade acrítica, enquanto os dois passinhos pra lá desatam uma agressividade personalizada contra o que ousou discordar do consenso.” (Oliveira, 2011, p. 89). Romper com a cordialidade, com essa falta de radicalidade, é a primeira das condições intelectuais para pensar o enigma brasileiro.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Este artigo de Chico de Oliveira compõe o Dossiê intitulado *Como pensar o Brasil?* e foi publicado originalmente na *Revista Lua Nova*, em 2001, fruto de um debate promovido pelos editores da Revista; posteriormente, republicado no sítio eletrônico Arquivo Marxista na Internet <[www.marxist.org](http://www.marxist.org)>. As citações neste texto são da publicação original de 2001. Ver também <<https://www.marxists.org/portugues/oliveira-chico/1996/12/40.html>> - acesso em março de 2025.

A segunda condição é de pensar a especificidade, resgatando, sobretudo, as perguntas da geração de 30, dotando de densidade histórica as questões que foram formuladas por esses demiurgos: “Como se deu a formação dessa sociedade, desse Estado; o que têm de próprio, de específico, de singular” o que se inscreve como “especificidade no movimento mais geral do capitalismo” (Oliveira, 2001, p. 89) evitando a falsa autarquia, o isolamento das grandes correntes das ciências humanas e sociais em particular. Essas perguntas a serem recolocadas por quem quer pensar o Brasil foram formuladas por Caio Prado Jr. e posteriormente Celso Furtado.

Mas há outros diálogos, outros caminhos abertos pelo pensamento social brasileiro. E Chico continua a nomear seus interlocutores.

“Entretanto, é forçoso reconhecer que Gilberto Freyre” (Chico o qualifica como “nostálgico, conservador, melado de mel de engenho da cabeça aos pés”) “articula a denúncia mais vigorosa do que foi o escravismo, explicando-o até pelas relações sexuais, o que era um escândalo para a época e para as ciências sociais. Na linha de seu mais vigoroso inspirador, Joaquim Nabuco, a formação da sociedade é um estupro. Esse radicalismo, que é surpreendente quando se fala de um autor como Gilberto Freyre, e pensar o específico para alguém que vinha de uma educação protestante é de novo uma ousadia. (...) Quem vai recuperar esse veio explicativo décadas depois é Richard Morse, que fará o elogio da miscigenação e da plasticidade católica, do iberismo para resumir. Acho que Gilberto constrói essa especificidade (...) dentro da tradição anglo-saxã, ele acha um modo, surpreendentemente novo, de interpretar a sociedade brasileira”. (Oliveira, 2001, p. 90)

A trilha sugerida por Candido aponta uma segunda referência clássica, demiúrgica, como a nomeou. Trata-se de Sérgio Buarque que também combinaria essas duas qualidades indispensáveis para pensar o Brasil – radicalidade e especificidade.

*“A radicalidade neste caso consiste precisamente em romper com o padrão cordial. Ao trabalhar o tema de uma sociedade patrimonialista, ele recusa o tratamento cordial, e ao contrário, acusa a chamada cordialidade brasileira como um problema e um estigma que acompanha a formação da sociedade, (que) é sua própria estruturação e nos perseguirá... por muito tempo. Escolhe um caminho que não se dilui na grande tradição da literatura patrimonialista, e encontra uma forma que é peculiar, extraída evidentemente do mundo ibérico, mas que no Brasil, com o cruzamento das tradições ibéricas com o escravismo como base do sistema produtivo uma espécie de repetição da Antiguidade clássica, ganhará um caráter muito particular (...). Sérgio Buarque é possivelmente o único de nossos clássicos que aposta, decisivamente, na democracia.”* (Oliveira, 2001, p. 90)

Caio Prado é o terceiro marco nesse percurso, imerso em uma tradição historiográfica rica (Taunay, Varnhagen, Capistrano de Abreu) e na recusa de uma tradição que dava substância ao pensamento autoritário no Brasil que via na especificidade brasileira nada além da barbárie a ser superada pelo percurso do desenvolvimento europeu a ser reproduzido *tout court*.

*“Caio, ao contrário, com uma forte herança historiográfica onde se apoiar, forma toda uma escola de pensamento sobre a história brasileira que tem nele, com toda razão, seu patrono. O radical em Caio Prado Jr. será inscrever a história brasileira na história mundial: a colônia é uma obra da expansão capitalista e a ela estará ligada definitivamente. Combina-se em Caio o movimento geral da expansão capitalista e o “específico” nacional, que será o escravismo: enquanto no centro o capitalismo está liquidando o trabalho servil, sua forma colonial assenta-se sobre o trabalho escravo.”* (Oliveira, 2001, p. 91)

A esses três pensadores Chico acrescenta Florestan Fernandes cuja contribuição estaria assentada, sobretudo, em *A Revolução Burguesa no Brasil* “com esse livro (...) ele logra, finalmente, entrar no panteão dos demiurgos do Brasil. De novo aí se observa radicalidade. Talvez o livro mais radical dessa coleção de obras-primas seja *A revolução burguesa*, ao apontar os limites e os problemas da democracia numa específica periferia capitalista” (Oliveira, 2001, p. 91).

E indicaria nessa constelação uma referência central para sua produção – Celso Furtado cuja contribuição para a teoria do subdesenvolvimento foi marcada, ela também pela “radicalidade em romper com o padrão acomodatório da interpretação brasileira. Radicalidade em despojar-se de uma certa retórica comum ao pensamento social brasileiro, pelo menos até a geração de 30” (Oliveira, 2001, p. 91). E pela “especificidade, que é o seu forte, precisamente porque, embora permaneça um certo dualismo na interpretação furtadiana, ele elabora uma interpretação singular, notável, que rompe tanto com o ramerrão das interpretações conservadoras, quanto rompe também, é forçoso reconhecer, com a incapacidade que o marxismo teve até aquela época de dar um salto até uma teoria que tratasse países da periferia com a complexidade exigida pela situação de ex-colônias. Furtado dá esse salto, que é precioso sob todos os pontos de vista, encontrando assim uma explicação que faz do subdesenvolvimento não um elo numa cadeia contínua entre o não desenvolvido e o desenvolvido, mas uma criação específica do capitalismo na sua periferia, no modo histórico portanto, e não (em) uma sequência de fases. Caio já havia assentado as bases para essa especificidade, mas é necessário reconhecer que seu trabalho é completado teoricamente por Furtado (...)”. (Oliveira, 2001, p 91-92).

Seriam então cinco pensadores que são reconhecidos como demiurgos porque teriam fornecido a chave para pensar o Brasil com radicalidade e especificidade, enfrentando os desafios do subdesenvolvimento, do patrimonialismo e das formas de dominação no âmbito das relações sociais e de poder, das heranças coloniais, do escravismo, das limitações dos esforços democratizantes, dos emaranhados da industrialização na periferia. Enfrentaram então a complexidade brasileira e nos deixaram caminhos para continuar uma reflexão sobre novos desafios, maiores, ainda mais intrincados, diria Chico em 1996. Teríamos então, passada a metade da década de 1990, que pensar: “A inserção numa gama nova, mais densa, mais complexa, mais desafiadora, das relações internacionais, o que por economia de discurso podemos chamar de globalização”. Do desmanche sugerido nos mesmos anos 1990 por Roberto Schwartz,

que se somava à leitura e às interlocuções com Paulo Arantes, nasciam as questões que tomariam corpo no *Ornitórrinco*. Cito de novo o modo como Chico identificava o que era pensar com radicalidade e especificidade naquele momento: “a questão não é mais saber, como nos anos 30, se podemos ou não nos industrializar, nem se trata de perseguir a quimera de que a industrialização produziria novas relações sociais, produziria um novo padrão político no sentido da democracia liberal. Temos agora o direito a todas as dúvidas.” (Oliveira, 2001, p. 92).

“(…) O desenvolvimento capitalista não só rompeu em muitos sentidos as velhas estruturas patriarcais e patrimoniais, mas repôs, sob formas mais difíceis, mais intrincadas, tais estigmas. A indistinção entre público e privado continua e os escândalos de senadores” e deputados, com seus orçamentos secretos, “estão aí só para confirmá-las como regra e não exceção. O difícil é pensar agora essa trama de um capitalismo globalizado que torna funcional, *pro domo sua* [isto é, em seu próprio benefício], as práticas que numa perspectiva tipo “capitalismo e ética protestante” pareciam ser disfuncionais. Portanto, não se trata agora de repetir Gilberto ou Sérgio Buarque, mas de tomar suas indicações, (...) para tratar a nova complexidade. Mesmo a postura de Florestan, que foi mais longe na radicalidade, mesmo ela precisa ganhar nova densidade para avançarmos na interpretação da sociedade brasileira. Se já no seu trabalho os limites e problemas da democratização numa sociedade periférica apareciam bloqueados por uma espécie de permanente “via prussiana” ou “iberismo” (...), agora o problema repete-se como uma espécie de fuga para a frente, que terminou sempre, na história brasileira, em autoritarismos e em ditaduras. É importante não esquecer que nos 60 anos em que se celebra a industrialização nos padrões da segunda revolução industrial, nesses 60 anos de 1930 a 1990, este país foi governado durante *35 anos por ditaduras abertas, não disfarçadas, o que repõe o tema de Florestan com enorme força e, porque não dizer, com enorme pessimismo.* (...) (Oliveira, 2001, p. 92-93, grifos meus)

*“Se era assim até o momento em que a industrialização periférica (...) já apresentava problemas para a democratização das relações sociais e para a democratização da sociedade, o que é que nos ocorre agora quando, nos termos de Celso Furtado, os mais importantes centros de decisão que haviam sido parcialmente internalizados nesses 60 anos de industrialização retornam quase que totalmente para o exterior? É preciso decifrar de novo esse enigma, decifrar de novo a república.”* (Oliveira, 2001, p. 93)

Pensar a república aponta ainda no sentido de pensar as desigualdades regionais, pensar a Federação – no âmbito das diferenças entre São Paulo e o Piauí como diferença de 10 para 1, avisava Chico, uma “federação sem federalistas”, temas que voltam, que recolocam problemas que estavam formulados, ainda que não resolvidos, pelo pensamento social brasileiro em suas matrizes clássicas. Chico fecha então esse texto avisando: “pensar com radicalidade e com especificidade (...) tem uma urgência cívica e uma urgência política, (...) é a isso que estamos chamados.” (Oliveira, 2001, p. 95) E acrescenta: “Certamente é preciso repensar o Brasil, mas não ao ponto de perder a especificidade, o que tornaria inútil qualquer esforço teórico maior. O sentido exato da minha intervenção não foi discutir exatamente o que pensar nem resgatar demiurgos para repeti-los, mas muito ao contrário, *resgatar para não repeti-los.*” (Oliveira, 2001, p. 129, grifos meus)

Tenho certeza que essa reflexão em sua riqueza provém de um diálogo no âmbito dos cursos do departamento de Sociologia, um diálogo com docentes, alunos e orientandos por meio dos quais pude acompanhar as releituras desses clássicos bem como a discussão

sobre cada um deles, sobretudo no diálogo entre Chico de Oliveira e Maria Célia Paoli. Pude assistir a essa dupla de intelectuais discutindo, polemizando e metamorfoseando suas matrizes de reflexão num exercício de seriedade e de liberdade acadêmica raros e férteis. O exercício dessa paixão acalorada da amizade e do debate em que compareceram os clássicos brasileiros, mas também Habermas, Offe, Arendt, Thompson, Gramsci, Rancière, Benjamin e C. Schmitt, Adorno e Horkheimer - posso garantir - foi uma experiência inesquecível porque trouxe a riqueza das possibilidades que se abrigaram na Universidade Pública. Nos debates das sextas-feiras à tarde, apareciam e se resolviam - ou não - contrapontos e dilemas que fizeram o que talvez seja possível reconhecer como uma nova perspectiva, que combinava uma mirada socioeconômica e sociopolítica, com um olhar ancorado numa forte interlocução sociológica, nesse segundo e riquíssimo momento da produção de Chico que se abrigava naquilo que reconheceu como SUA CASA, seu lugar acolhimento e pertencimento que perdurou até que ele nos deixasse.

É então com o modo pelo qual Chico pensou essa cidade em sua *Oração a São Paulo*, que fez questão de proferir num grande auditório da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP que quero terminar essa homenagem ao seu enorme legado.

Francisco de Oliveira falando mais uma vez: “Esta cidade (São Paulo) me rebatizou e me fez reiterar uma escolha anterior: a de ser socialista e recusar o compromisso mole e complacente.” (Oliveira, 2006, p. 244).

Essa São Paulo foi então vivida como “cria da exceção,” da migração forçada, como cidade constituída por desenraizamentos compulsórios, construída sob a égide de múltiplas discriminações e preconceitos. O custo humano incomensurável desses desenraizamentos se somaria ao custo político de décadas em que as oligarquias e classes dominantes perdulárias, burguesias industriais de mãos dadas com o atraso pagaram a preço de ouro a corrupção anti republicana, além de ter instalado, sempre que fosse necessário aos seus olhos, mais de três décadas de ditadura.

Essa exceção tinha a face dos miseráveis, dos trabalhadores sem direitos, dos trabalhadores desempregados. Mas observava: “não falo por eles, não pratico esse ventriloquismo: falo com a arma da crítica, que me forneceram os estudos e a pesquisa que se faz nesta universidade e nas outras. (...) Falo da produção da exceção pelos próprios excepcionais, em seus esforços desesperados de integração” (Oliveira, 2006, p. 245), de superar a urgência absoluta da sobrevivência.

“A exceção e o Estado de exceção não se produzem como pré história da relação mercantil (...) regra alienante e alienadora” (Oliveira, 2006, p. 246), a ausência dessas relações formalizadas como tal, plenamente mercantis se soma à sua presença invisível e produz alienação nas várias camadas ou pedaços da cidade. “A exceção é a história da relação pós mercantil. E isso pede uma nova radicalidade crítica.” (Oliveira, 2006, p. 246). Assim essa exceção produzida não pela ausência de crescimento econômico, mas por sua intensidade deveria impelir a uma reflexão que construísse uma teoria que pudesse dar forma e contorno para o que tinha se tornado regra.

*“A exceção nos obriga a pensar excepcionalmente, (...) a tarefa da crítica, (...) leitmotiv do meu trabalho (...), é ir além do comentário e da análise. É transformar-se, na tradição de Marx e de Adorno e Horkheimer, numa teoria que possa ser a chave do entendimento do que é o Brasil de hoje e da periferia de hoje.”* (Oliveira, 2006, p. 247)

“(...) Daí o ornitorrinco. Este é o último esforço desesperado de pelo menos caricaturar o que não conheço nem tenho a capacidade de formular teoricamente. (...) O subdesenvolvimento (...) foi uma das criações mais originais do pensamento ocidental (...) supunha uma contradição exposta, uma subordinação aberta.” (Oliveira, 2006, p. 247) Essa teoria, essa porta do pensamento para a compreensão da periferia que teria nomeado e dado forma para os enigmas do país teria se fechado pela financeirização continuamente aprofundada nos governos de esquerda. “(...) O Ornitorrinco é essa espécie de ‘capitalismo popular’, a crença de que todos podem ganhar, (...) pensa-se em acabar com a pobreza e desigualdade criando instituições da desigualdade em sua forma mais avançada, o capital financeiro.” (Oliveira, 2006, p. 248).

Se levarmos isso a sério, para além dos argumentos sobre cooptações e traições que Francisco de Oliveira recusava com veemência, a questão que se colocava então era a de compreender como um dos maiores partidos de esquerda do mundo, longe do centro do capitalismo, teria criado ou se enredado nos processos de encapsulamento de sua própria e imensa novidade. E a pergunta é: como isso foi possível? Por que é possível?

Nessa oração a São Paulo, Chico recupera o percurso de transformação dos partidos e horizontes da social democracia, parteira da transformação em direção ao socialismo, em elemento de funcionalização de reformas políticas em programas em benefício do capital. Em sua linda oração a São Paulo entrevemos mais alguns de seus interlocutores como explicitou, explicando o tom que atravessou seu ímpeto crítico já ao longo dos anos 2000:

“O tom que parece amargurado é o de um militante, pois me interessa profundamente a resolução e a ultrapassagem do Ornitorrinco; como acertou (...), em cheio, Gabriel Cohn, esse personagem da ‘paixão tranquila’ (...) nessa crítica ácida há um toque antecipado de uma nostalgia do que poderia ser e parece que não será. Por isso a urgência de uma teoria crítica radical. Mas espero que, parafraseado Fernando Pessoa, tanto a poeira da amargura quanto a condição de militante não obnubilem minha lucidez” (Oliveira, 2006, p. 249) e termina citando Carlos Pena Filho que parece dar a pista de como viu sua contribuição, como percebeu o que deixou como legado, como lanterna que relia o passado, recuperando suas perguntas e, ao mesmo tempo, que permitiu que se identificassem desafios que afinal assombram nossa condição presente. E, então, faz uma última e emocionada observação: “em meio à mentira sonho e luto sei que sou o espaço entre a semente e o fruto” (Carlos Pena Filho, citado em Oliveira, 2006, p. 249)

Salve mestre Chico. Temos que fazer um esforço permanente para a estar à altura desse legado.

## Bibliografia citada

OLIVEIRA, Francisco de. Oração à São Paulo: a tarefa da crítica. In RIZEK, C. S.; ROMÃO, W. (orgs.). *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. Pensar com radicalidade e especificidade. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 2001, n° 54, p. 87-132. In <<https://www.scielo.br/j/ln/a/tWRDxghtChdRddwpYS-c5jtt/>>, acesso novembro de 2023.